

HABEAS CORPUS Nº 515.422 - SP (2019/0168140-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : LUCAS HENRIQUE BEPPU
ADVOGADO : LUCAS HENRIQUE BEPPU - SP421451
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAURO SOARES COIMBRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAURO SOARES COIMBRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2055627-91.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que Juiz da execução indeferiu pedido de progressão ao regime aberto, por ausência do requisito objetivo.

Inconformada, a defesa interpôs Agravo em execução perante a Corte estadual, mas o recurso não foi conhecido (e-STJ fl. 45):

HABEAS CORPUS - Execução Penal - Preliminarmente, alega nulidade da decisão ante a ausência de fundamentação idônea - NÃO VERIFICADO - Caso em que a decisão se encontra suficientemente fundamentada. Não se deve confundir sentença não fundamentada com sentença com fundamentação sucinta, que é o caso dos autos, porquanto o decreto judicial indicou as razões pelas quais indeferiu a progressão ao regime aberto.

Mérito insurge-se contra a decisão que indeferiu pedido de progressão ao regime aberto, vez que preenchido os requisitos legais para tanto - NÃO CONHECIDO - Pedido indeferido pelo juízo monocrático por ausência de requisito objetivo, tendo em vista não ter cumprido a fração necessária. O inconformismo do paciente deve ser expresso pelo recurso próprio que é o agravo em execução penal, cabível para reapreciar decisões sobre questões incidentes surgidas na execução criminal, nos termos do que disciplina o artigo 197 da LEP. Afastada a preliminar, ordem não conhecida.

Nesta oportunidade, a defesa sustenta que para fins de promoção ao regime aberto, o termo inicial deve ser a data do efetivo preenchimento dos requisitos previstos no art. 112, da LEP; não a data da prolação da sentença que o progrediu ao regime intermediário.

Argumenta que o caso tem analogia com a regressão de regime, eis que diante de punição pela falta grave, a data-base para nova progressão de regime é contada a partir do dia do cometimento da infração e não da prolação da decisão que a reconhece.

Relata que o requisito objetivo para promoção ao regime aberto fora alcançado em 13/10/2018, enquanto que a progressão do regime fechado para o semiaberto deu-se em 8/6/2018.

Frisa que o paciente também preenche o requisito subjetivo para progressão ao regime aberto, posto que não consta nenhuma falta grave pendente de reabilitação em seu Boletim Informativo, além de apresentar boa conduta carcerária.

Com base nisso, requer, em liminar e no mérito, a concessão da progressão ao regime aberto em favor do ora paciente.

É o relatório. Decido.

A liminar em *habeas corpus* ou recurso ordinário não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial para os casos de manifesta ilegalidade, que se revele, de pronto, na impetração ou no recurso.

No caso dos autos, **verifico manifesta ilegalidade** apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ao que parece, o Juiz da execução firmou os cálculos para progressão a partir da data em que o executado foi promovido ao regime semiaberto (e-STJ fl. 27).

Contudo, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, nos casos em que houver excesso de prazo na apreciação do pedido de progressão de regime prisional, **a data inicial deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime**. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta

Turma, DJe 24/8/2016; AgRg no REsp n. 1.651.205/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turna, julgado em 20/6/2017, DJe 30/6/2017; HC n. 376.971/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turna, julgado em 18/4/2017, DJe 27/4/2017; AgRg no REsp n. 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turna, julgado em 9/8/2016, DJe 24/8/2016.

Pelo exposto, **defiro a liminar** para que o Juízo das Execuções Criminais retifique os cálculos, considerando a data em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal como marco inicial na contagem de prazo para a concessão do benefício da progressão ao regime aberto.

Comunique-se, com urgência.

Solicitem-se informações ao Juízo das execuções quanto ao cálculos da execução, juntando aos presentes autos.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator